

RESENHA PARLAMENTAR

Resumo das atividades do Congresso de interesse do D.A.S.P. Para informações mais detalhadas, dirigir-se ao Serviço de Referência Legislativa — M. Fazenda — 6.º andar, sala 613, ou utilizar-se do tel. 22-9961, r. 543.

ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO

— O Deputado Dilermando Cruz apresentou à Mesa projeto de lei criando portos livres na costa brasileira para uso dos Estados centrais. O projeto já foi encaminhado às Comissões de Justiça, de Transportes, de Economia e de Finanças (D.C. 17-3-53, pág. 1.877).

— Dispondo sobre a criação de Coletorias Postais nas sedes dos Distritos Municipais e nos aglomerados de mais de vinte habitações, foi apresentado pelo deputado Alberto Deodato projeto de lei que seguiu para exame das Comissões de Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças (D.C. 17-3, pág. 1.879).

— A fim de obter o cancelamento de todos os débitos contraindidos pelos pecuaristas do Polígono das Sêcas, o deputado Pessoa Guerra apresentou o projeto de lei que foi encaminhado às Comissões de Justiça, de Economia e de Finanças (D.C. 17-3-53, pág. 1.879).

— Foi publicado para estudo o parecer do Senador Alencastro Guimarães ao projeto de lei que dispõe sobre a constituição da sociedade por ações "Petróleo Brasileiro S. A." (D.C. 17-3-53, pág. 1.891).

— Conselho Nacional de Pesquisas prestou informações à Câmara sobre a necessidade e conveniência do crédito de Cr\$ 50.000.000,00 destinados ao programa de trabalhos a serem executados por aquele órgão (D.C. 18-3, pág. 1.909).

— Instituído a Campanha Nacional Contra a Esquistossomose, é lida na Câmara a Mensagem n.º 95, de 1953, com exposição de motivos do M.E.S. O expediente foi encaminhado às Comissões de Saúde Pública e de Finanças (D.C. 18-3, pág. 1.912).

— Novo projeto de moratória às dívidas das pessoas físicas e jurídicas localizadas no Polígono das Sêcas, foi apresentado à Mesa pelo Deputado Muniz Falcão (D.C. 18-3-53, pág. 1.914). A matéria foi encaminhada às Comissões de Justiça e do Polígono das Sêcas.

— O Deputado Brochado da Rocha apresentou projeto abrindo o crédito especial de dois bilhões de cruzeiros para atender às despesas com a mudança da Capital da República (D.C. 18-3, pág. 1.914).

— Dispondo sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as sêcas do Nordeste, foi apresentado projeto de lei pelo deputado Paulo Sarasate, na sessão de 18-3. A matéria foi encaminhada às Comissões de Justiça, do Polígono das Sêcas e de Finanças (D.C. 19-3, pág. 1.949).

— Lidos no Senado os pareceres das Comissões de Justiça e de Finanças ao projeto de lei da Câmara que assegura o financiamento, a longo prazo, aos municípios com renda própria inferior a quinze milhões de cruzeiros, para instalações ou ampliação de serviços públicos (D.C. 19-3, pág. 1.973).

— Recebidas na Câmara as informações do M.F. a respeito do projeto de lei que abre crédito especial para pagamento da cota do imposto de renda aos municípios (D.C. 20-3, pág. 1.988).

— Foi apresentado, na sessão de 19 de março, no Senado, projeto de lei que autoriza a atualização e o revigorecimento de leis e decretos que prescrevem a instalação de "zonas francas" no país (D.C. 20-3, pág. 2.016).

— Apresentado pelo deputado Fernando Ferrari projeto de lei que permite deduzir da renda bruta, para efeito de tributação do imposto de renda, o quantitativo do aluguel de casa (D.C. 21-3, pág. 2.032).

PESSOAL

— Lido na hora do expediente o projeto de lei que modifica dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal (o projeto objetiva aplicar aos ministros do Tribunal de Contas da Prefeitura do D. F. as proibições constantes da Lei Orgânica do Tribunal de Contas quanto ao exercício cumulativo de outros cargos). A Comissão de Justiça opinou pela inconstitucionalidade do projeto, que é de iniciativa do Senado (D.C. 17-3, pág. 1.871).

— Chega à Câmara dos Deputados, sendo lida no expediente da sessão de 16-3, a Mensagem n.º 94, de 1953, acompanhada de projeto de lei que altera os valores dos símbolos referentes ao padrão de vencimentos de cargos isolados e funções gratificadas do Poder Executivo da União e dos Territórios (D.C. 17-3, pág. 1.873).

— Com a assinatura do deputado Negreiros Falcão e outros, foi apresentado à Mesa da Câmara projeto de lei que reajusta os proventos dos inativos Coletores e Escrivas de Coletoria. A proposição seguiu para as Comissões de Justiça e de Finanças (D.C. 17-3, pág. 1.873).

— Atendendo a requerimento, o Departamento Nacional de Estradas de Ferro presta esclarecimentos sobre o projeto que manda padronizar o quadro do pessoal da Rede Ferroviária do Nordeste pela E. F. Leopoldina (D.C. 18-3, pág. 1.910).

— O projeto que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de seis milhões de cruzeiros para atender a despesas com a elaboração do plano de classificação de cargos no Serviço Público Federal foi lido na sessão de 17-3 e encaminhado à Comissão de Finanças (D.C. 28-3, pág. 1.913).

— Publicados os pareceres das Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças do Senado ao projeto de lei que concede ao agrônomo Gregório Bondar, como estímulo, o prêmio de cem mil cruzeiros pelos seus estudos sobre plantas nativas (D.C. 18-3, pág. 1.932).

— Publicada a redação final do projeto de lei que atualiza a contribuição dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para o Montepio Civil (D.C. 19-3, pág. 1.977).

— Recebidas as informações do Ministério da Guerra ao projeto de lei que releva a prescrição em que incorreram inativos daquela Secretaria de Estado (D.C. 20-3, página 1.989).

— O Deputado Ruy Almeida requer a nomeação de Comissão especial para dar parecer ao projeto de lei número 1.082, que altera carreiras dos Quadros Permanente e Especial do M.E.S. (D.C. 20-3, pág. 1.994).

— O Deputado Lopo Coelho requer informações sobre o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço ao pessoal inativo da União (D.C. 21-3, pág. 2.032).

SELEÇÃO

— Chegam à Câmara dos Deputados as informações da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento sobre as despesas com os concursos realizados e o custo "per capita" do candidato aproveitado (D.C. 18-3, pág. 1.908).

DIVERSOS ASSUNTOS

— Lido na hora do expediente da sessão de 16 de março o texto do convênio cultural entre o Brasil e a Nicarágua, assinado no Rio a 12-1-53 (D.C. 17-3, página 1.870).

— Com pareceres favoráveis das Comissões de Legislação Social e de Serviço Público Civil, foi lido o projeto de lei que dispõe sobre o pagamento de auxílio-enfermidade nas instituições de previdência social (D.C. 17-3, pág. 1.873).

— Chega ao Senado o projeto de decreto legislativo que aprova o Acôrdo de Assistência militar entre o Brasil e os Estados Unidos da América (D.C. 17-3, pág. 1.901).

VÁRIOS ASSUNTOS

— Na sessão de 17 de março falaram, entre outros, os seguintes deputados: Negreiros Falcão, sobre a seca do Nordeste e o pagamento de verbas previstas na Constituição; Vasconcelos Costa, sobre aposentadoria de bancários; Arruda Câmara, sobre o pagamento de abono aos funcionários da Rede Ferroviária do Nordeste e liberação de verbas para obras no Polígono das Secas; Lopo Coelho, sobre a Mensagem Presidencial e cumprimento de dispositivo estatutário de organização dos quadros especiais; José Fleury sobre a mudança da capital; Breno da Silveira sobre a visita que fez à região das secas; Medeiros Neto sobre o problema das secas; na sessão de 18: Dilermando Cruz sobre o projeto de sua iniciativa, que foi rejeitado, transferindo à União a propriedade dos cartórios do D.F., com referências a parecer do D.A.S.P.; Aliomar Baleeiro, sobre a Mensagem Presidencial; no Senado, Ivo d'Aquino sobre o acôrdo comercial Brasil-Argentina; Othon Nader, sobre emenda ao projeto da "Petrobrás"; na sessão de 19, Otávio Lôbo discorrendo sobre o projeto do Executivo que fixa as bases e diretrizes da educação racional; Aliomar Baleeiro, prossequindo na análise da Mensagem Presidencial.

ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS

— Na sessão de sexta-feira, dia 20, os líderes do P.S.D., P.T.B. e da U.D.N. apresentaram à Mesa a relação dos nomes indicados para membros das comissões técnicas como representantes desses partidos.